

---

*O domínio do presente sobre o passado:  
memória e espaço de experiência entre os militantes  
comunistas de Porto Alegre (1945-1947)*

*Marisângela Martins\**

---

**Resumo:** O presente artigo pretende realizar uma discussão teórica acerca da relação entre as noções de memória e espaço de experiência. Para tanto, baseia-se no exemplo dos militantes comunistas de Porto Alegre entre 1945 e 1947, buscando os significados que tais agentes atribuíam à democracia quando tornavam seu passado presente. Ao lembrar do pretérito e refletir sobre suas recordações, os membros do Partido Comunista do Brasil (PCB) nos apresentam uma série de características de sua concepção de democracia. Ademais, a reflexão sobre memória vinculada a espaço de experiência contribui para o debate em torno da problemática do tempo na construção de sentidos. Essa ligação possibilita perceber os diferentes significados que certos significantes (democracia e ditadura, por exemplo) podem adquirir ao longo do processo em que o passado se faz presente.

**Palavras-chave:** Memória. Militância comunista. Democracia.

**Abstract:** The present article intends to carry through a theoretical quarrel concerning the relation enters the slight knowledge of memory and space of experience. For in such a way, it is based in the example of the militant communists of Porto Alegre between 1945 and 1947, searching the meanings that such agents granted to the democracy when they became its present past. When remembering the past one and reflecting on its memory, the members of the Communist Party of Brazil (PCB) in them present a series of characteristics of its conception of democracy. In addition the reflection on entailed memory the experience space contributes for the debate around the problematic of the time in the construction of meanings. This linking makes possible to perceive the different meanings that certain significant (democracy and dictatorship, for example) can acquire throughout the process where last makes present.

**Key words:** Memory. Communist militancy. Democracy.

---

\* Mestre em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora municipal de Sapucaia do Sul. *E-mail:* marisangelamartins@gmail.com

A relação entre História e memória vem sendo, nas últimas décadas, uma das questões palpitantes no âmbito do conhecimento histórico, seja considerando o estatuto ontológico de ambas, seja tratando-as enquanto categorias teóricas. Muitas têm sido as questões levantadas e refletidas no intento de tornar mais clara esta ligação – que ora é amistosa, ora é conflitante – o que afeta tanto os debates acadêmicos quanto um conjunto de demandas ético-morais.

Inúmeras são as maneiras de se abordar a questão da memória no trabalho do historiador (para não comentar a problematização que é realizada em áreas relacionadas, como a sociologia ou a filosofia, por exemplo). A contribuição que espero neste artigo para a discussão enunciada refere-se ao vínculo entre o conceito de memória e uma outra categoria que julgo importante resgatar nos estudos históricos: “espaço de experiência”, expressão cunhada por Reinhart Koselleck em seu célebre ensaio “‘Espacio de experiencia’ y ‘horizonte de expectativa’: dos categorías históricas”. (KOSELLECK, 1983).

Dessa forma, meu objetivo, aqui, é teorizar a respeito da relação entre noções de “espaço de experiência” e “memória”, partindo de um exemplo concreto. Essa teorização ganhará corpo concomitantemente à tentativa de explicar como os comunistas, a partir do presente vivido, lembravam do passado e de que modo a reflexão sobre essas lembranças ajudava-os a representar a democracia.

Destaco o fato de realizar essa problematização centrando-me nos aspectos relacionados ao simbólico. Sendo assim, apóio-me no conceito de representação tal como entendido por Roger Chartier, vendo-o como uma relação peculiar que se estabelece entre um significante – no caso, democracia – e o significado – o sentido atribuído a ela. (CHARTIER, 2002, p. 66). Entretanto, como significantes podem remeter a inúmeros significados, opto por falar em representações, no plural, pois várias podem ser as relações que se estabelecem entre o que está presente – a coisa que representa – e o que se oculta – o representado.

Ao analisar a relação entre espaço de experiência e memória, alguns pontos mostram-se latentes, como a representação do tempo e o papel da memória na constituição do espaço de experiência. Em um primeiro momento deste artigo, examinarei essas questões. Em seguida, tratarei de averiguar se a discussão teórica inicial procede no estudo com as fontes.

## I Memória, espaço de experiência e concepções de tempo como construções culturais inter-relacionadas

Não tratarei, aqui, do “tempo físico” – aquele tempo contínuo, uniforme, infinito e linear. (RICOEUR, 1997, p. 183). Um tempo no qual não há presente, nem passado, nem futuro. Convido o leitor a pensar o tempo como construído e sua importância para os fenômenos sociais aos quais as noções de memória e espaço de experiência dão nome.

Koselleck coloca em dúvida a singularidade de um tempo único, especificando o que chama “tempo histórico”. Diz ele que “el tiempo histórico, si es que el concepto tiene un sentido propio, está vinculado a unidades políticas y sociales de acción, a hombres concretos que actúan y sufren, a sus instituciones y organizaciones”. (1983, p. 14). Ele chama a atenção para uma relativização do tempo: “Todos tienen determinados modos de realización que les son inherentes, con un ritmo temporal propio”. (p. 14). É perguntando como, em cada presente, as dimensões temporais do passado e do futuro se remetem umas às outras que esse historiador pretende desvendar a complexidade do tempo (ou tempo histórico). Mais especificamente, sua hipótese é a de que a “determinación de la diferencia entre el pasado y el futuro o, dicho antropológicamente, entre experiencia y expectativa se puede concebir algo así como el ‘tiempo histórico’”. (p. 15).

Diferentemente da memória, para a qual a dimensão temporal é fundamental, a noção de espaço de experiência não requer esse comprometimento. Como afirma Koselleck, a experiência é espacial porque está reunida formando uma totalidade, na qual estão simultaneamente reunidos muitos estratos de tempos anteriores, sem dar referências de seu antes, nem de seu depois. Toda a experiência, assim, salta por cima dos tempos, não cria continuidade. (1983, p. 339). Embora seja a noção de tempo, para esse autor, dependente da tensão entre experiência e expectativa, a relação inversa, pelo menos no caso da experiência, não é diretamente proporcional, quer dizer, o espaço de experiência não depende do tempo, como este depende daquele. Veremos que a memória estabelece uma ligação entre espaço de experiência e tempo.<sup>1</sup>

O sociólogo francês Maurice Halbwachs afirma que não há tempo universal e único. A vida em sociedade, para ele, impõe que todos os homens se ajustem aos tempos e às durações, as quais resultam de convenções e costumes. Assim, existe uma “representação coletiva do

tempo” que se ajusta e se harmoniza tanto ao que chama “quadros gerais” (os grandes fatos da astronomia e da física terrestre) quanto aos “quadros sociais” (as condições e os grupos humanos concretos). (HALBWACHS, 1990, p. 90-91).

Cada sociedade, segundo esse autor, se decompõe em uma multiplicidade de grupos, cada qual com sua duração própria. O que distingue esses tempos coletivos é a maneira como os diferentes grupos os representam, e é ele – o tempo, tal como concebido pelos grupos – que permite à memória retroceder mais ou menos longe dentro do que se convém chamar passado. (p. 127). Os distintos conjuntos de indivíduos têm sua própria memória e uma representação do tempo que é somente deles. Sendo assim, este é uma condição daquela, no sentido de que é no tempo que nos apoiamos para lembrar, pois que é nele que encontramos inscritas as marcas dos acontecimentos ou imagens de outrora, na medida em que respondiam às nossas preocupações – de nosso grupo. (p. 120). O “tempo matemático” – “homogêneo”, para Halbwachs – constitui-se em uma superfície tão lisa – um “vazio de consciência” – na qual as lembranças não podem se agarrar. Esse tempo não permite que os distintos acontecimentos se situem, visto que todas as suas partes são indiscerníveis. (p. 102).

O modo como o sociólogo aborda a questão do tempo mostra-se pertinente ao que vem sendo pautado neste texto. Proponho que passemos à discussão relacionada ao espaço de experiência, a fim de, em seguida, compreendamos como ele se articula com a memória e a relevância do tempo nessa relação.

O termo *experiência* – ou espaço de – é definido pelo historiador alemão como um passado presente, cujos acontecimentos são incorporados e podem ser recordados; um processo que envolve tanto elaboração racional quanto modos inconscientes de comportamento, bem como contém e conserva experiências alheias. (1983, p. 338). Mais atentamente, “lo que caracteriza a la experiencia es que ha elaborado acontecimientos pasados, que puede tenerlos presentes, que está saturada de realidad, que vincula a su propio comportamiento las posibilidades cumplidas o erradas”. (p. 340). Ademais, o conceito de experiência, ou espaço de experiência, em Koselleck, mantém uma relação umbilical com o de “horizonte de expectativas”. É na ruptura deste que se funda aquele. (p. 341).

Se o espaço de experiência é um passado que se faz presente, isso se dá – com maior frequência – através da memória, embora seja importante esclarecer que ele não seja totalmente refém dela. O passado também pode se fazer presente através da história, por exemplo, assim como o ato de abrir mão da memória, o esquecimento, igualmente permite que se constitua um espaço de experiência.

O espaço de experiência é um passado, cujos acontecimentos foram incorporados, que pode se fazer presente através da recordação. Mas ele não se resume a isso. O espaço de experiência também é elaboração/reflexão em relação a esse passado recordado, constituindo-se não apenas num conjunto de eventos/situações passadas interpretadas, mas também em um conhecimento específico baseado em suas conseqüências. É reflexão sobre um horizonte de expectativas passado que foi superado, que foi rompido, e que, num determinado momento presente, é recordado, reapresentado. Sendo assim, é a memória, em primeiro lugar, que parece desempenhar papel essencial na configuração desse espaço. Não a memória tida enquanto conservação do passado, mas como construção.

O entendimento da memória como conservação remete-nos a duas das primeiras reflexões acerca desse fenômeno, que são aquelas realizadas por Henri Bergson e Marcel Proust. Em contrapartida, a memória como construção nos coloca em contato com as idéias do sociólogo Maurice Halbwachs. Veremos, contudo, que não é possível, nem aconselhável, descartar completamente os estudos de uns e abraçar os de outros. Cada um desses autores contribui de alguma forma para compreendermos a memória e, por conseguinte, sua relação com o espaço de experiência.

Na concepção de Bergson, segundo Ecléa Bosi, é do presente que parte o chamado ao qual a lembrança responde. (BOSI, 1994, p. 48). A percepção, que acontece no presente, está sempre impregnada de lembranças: “Aos dados imediatos e presentes de nossos sentidos misturamos milhares de detalhes de nossa experiência passada”. (BERGSON, 1999, p. 30). A própria percepção é “ocasião para lembrar”, e, nesse sentido, as imagens passadas se conservam para se tornarem úteis, completando a experiência presente e enriquecendo-a com a experiência adquirida, entrando no espaço de indeterminação entre estímulo e resposta. (p. 69). O ato por meio do qual reavemos o passado no presente é o reconhecimento. Bergson afirma que a lembrança surge mediante a associação de uma percepção presente a imagens dadas outrora, na busca de um sentimento do “já visto”. (p. 100-101). A

memória, dessa forma, para esse filósofo, existe em si mesma, é conservação inteira do passado no espírito, embora independente dele, podendo tanto ser chamada pelo presente sob a forma de lembrança, quanto permanecer em si mesma, em estado inconsciente. (BOSI, 1994, p. 53).

O escritor francês Marcel Proust, por sua vez, distingue memória voluntária e memória da inteligência. Conforme sua abordagem, as informações que essa concede sobre o passado não conservam nada dele, sendo inútil buscá-lo através da sua evocação. O passado está “oculto”, fora do domínio da inteligência e de seu alcance, em algum objeto material que nós nem suspeitamos. Apenas do acaso depende o encontro entre nós e o objeto, que é o que nos proporciona determinadas sensações – o ato de lembrar. (PROUST, 1987, p. 48). André Maurois menciona que, para Proust, não é através de restituições intelectuais que reavivamos o passado, mas pela “evocação através da memória involuntária”, ato que se produz pela coincidência entre uma sensação atual e uma lembrança. As imagens dessa, por estarem fugidias, não tendo fortes sensações de apoio, se sustentam na sensação atual. (MAUROIS, 1966, p. 25). O fato de as imagens da lembrança estarem fugidias remete para a questão da evocação acontecer “não numa ordem lógica e cronológica, mas, como nos sonhos, por associação fortuita de reminiscências e por evocações involuntárias”. (p. 31). Um último aspecto concernente à abordagem de Proust deve ser mencionado, que é a importância que ele concede ao pretérito na constituição dos sujeitos, pois, para esse autor, o que nos acontece no passado não se prende somente ao que nos rodeava, mas também e fielmente ao que éramos. (PROUST, 2001, p. 164).

Diferentemente de Bergson e Proust, Maurice Halbwachs aborda a questão da memória e os assuntos a ela relacionados levando em conta, sobretudo, o social, chegando mesmo a causar um certo desconforto a intensidade com que ele o enfatiza. O predomínio do social sobre o indivíduo era um aspecto claro da tradição sociológica francesa do fim do século XIX e início do XX. Para Halbwachs, não há possibilidade de existir memória estritamente individual pelo fato de que estamos sempre inseridos em correntes de pensamento partilhadas por outras pessoas, obedecendo a numerosas e entrecruzadas influências sociais, mesmo que não percebamos. (1990, p. 47). A “memória coletiva”, tal como designada por Halbwachs, tem sua força e duração no grupo, que é o que lhe dá suporte; um conjunto de indivíduos que se lembram, uns apoiando-se nos outros, mas não com a mesma intensidade para cada

integrante do grupo. (p. 51). Os grupos, porém, não são constituídos apenas de homens que se lembram. São eles que tornam possível o ato de lembrar, visto que são constituídos por uma ordem de idéias, de interesses, e de preocupações em comum. Sua existência é condição para que o indivíduo reconstrua a imagem-lembrança ao se recolocar – localizando-se espacial e temporalmente – na corrente de idéias que compartilhou com o grupo. O indivíduo, nesse caso, nada mais é que um “ponto de vista” sobre a memória coletiva, um ponto de vista que muda de acordo com o lugar que o indivíduo ocupa no grupo. (p. 51). De maneira distinta de Bergson, Halbwachs acredita que as lembranças não estão relacionadas ao espírito, mas a representações coletivas estabelecidas pelos grupos sociais. É uma forma de atribuir objetividade à memória. Ela não está nem no espírito, nem nos objetos (Proust), mas na sociedade, e deve ser estudada como um fato.

Enquanto Bergson considera que o tempo não faz senão desnaturalizar a lembrança, transparecendo uma certa inquietação com o fato, para o sociólogo discípulo de Durkheim, trata-se de algo normal, que faz parte das coisas. De acordo com ele, a lembrança não é a mesma imagem da percepção; ela se alterou e, ao mesmo tempo, modificaram-se também nossas idéias, bem como os juízos de realidade e de valor. Bosi pode auxiliar a esclarecer as colocações de Halbwachs nesse sentido:

A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual. [...] O simples fato de lembrar o passado, no *presente*, exclui a identidade entre as imagens de um e de outro, e propõe a sua diferença em termos de ponto de vista. (BOSI, 1994, p. 55).

Consoante esse autor, a memória é reconstrução do passado no presente, ou, como explica Jaci Seixas, é reconstrução do passado a partir dos quadros sociais do presente (2002, p. 97). E essa reconstrução acontece mediante evocação racional, e não através de irrupção, tal como em Proust. Por meio de um esforço de reflexão, os indivíduos colocam-se na corrente de pensamentos que partilham com os demais integrantes de um grupo, localizando, no tempo e no espaço, os eventos/situações que deixaram suas marcas, os quais aparecem sob a forma de imagens-lembrança, imagens que carregam sentidos alterados pelos acontecimentos subsequentes.

Após essa breve incursão pelas abordagens de Bergson, Proust e Halbwachs, torna-se necessário realizar uma síntese, recolhendo desses autores os elementos pertinentes para pensarmos a relação entre memória e espaço de experiência.

A memória joga papel capital na constituição do espaço de experiência, sobretudo se a entendermos como reconstrução do passado a partir de questões colocadas no e pelo presente, tal como a concepção de Halbwachs. É difícil pensarmos a conservação do passado, tal e qual, visto que o que o sucede – o rompimento do seu horizonte de expectativas – é justamente o que o transforma e o constitui numa experiência, inserindo-o e o conformando em um campo de saber. Assim, a recordação de um evento passado já é completamente marcada por esse dado, pelo fato de o indivíduo que lembra saber o que aconteceu depois. Não se trata, contudo, somente de fatos, mas dos significados que eles tinham em um determinado momento e dos que terão depois, ao experienciar suas conseqüências. É também uma questão de atribuição de sentidos.

O tratamento das lembranças enquanto “imagens-lembrança” é igualmente relevante para a reflexão aqui proposta. A memória se movimenta, no tempo e no espaço, localizando uma determinada imagem. Esta, no entanto, não mantém o mesmo sentido, como mencionado há pouco. O que acontece é a associação de uma percepção/demanda do presente a uma imagem passada, a qual permanece um significativo, mas revestida de outro significado, herdado do passado tanto quanto trabalhado pelo futuro. Tais imagens – concordando ainda com o sociólogo – fazem parte da corrente de pensamento, do conjunto de categorias através das quais os indivíduos de uma dada sociedade explicavam a realidade, constituíam valores e crenças, identificavam-se a si e aos outros. No entanto, o apego exagerado de Halbwachs ao social escapa ao nosso intento. Aliás, a dualidade coletividade *versus* indivíduo integra uma série de outras oposições que acompanham os debates concernentes à memória. Para a proposta deste artigo, é importante seguirmos o conselho de Jaci Seixas, desconstruindo esses dualismos. (2002, p. 105).

Torna-se relevante considerar a recordação voluntária e involuntária, sem computar maior ou menor importância a qualquer uma delas. Da mesma forma, é preciso saber ponderar a oposição social *versus* individual. A seqüência dessa reflexão, contudo, exige que passemos para um exemplo concreto, a fim de compreendermos como o que foi visto até agora, e



alguns aspectos que ainda não tive oportunidade de mencionar, podem guiar a leitura das fontes e ter alguma relevância para a construção do conhecimento histórico.

## II O passado que explica e legitima: militantes comunistas e a defesa da democracia no pós-Segunda Guerra

Para os que militavam no Partido Comunista do Brasil, o ano de 1945 foi marcado pela euforia diante da possibilidade de retomar as atividades comunistas sem o risco de perseguições, prisões e torturas, acontecimentos frequentes ao longo da história do PCB, que, na metade da década de 40, contava 23 anos de atividade clandestina. Suas esperanças eram inspiradas, sobretudo, pelas liberdades que a democracia como regime de governo prometia.

Mas a defesa desse ideal pelos militantes do PC já acontecia havia algum tempo. Podemos localizá-la já na metade da década de 30, acompanhada da luta contra o fascismo. Anita Leocádia Prestes constatou e explicou a mudança ocorrida no seio do Partido ainda no fim dos anos 30. Da defesa da insurreição armada (1935), passou-se a exaltar a União Nacional: tática que visava à aliança entre o povo e o governo para a independência econômica do País, pela democracia e pelo progresso, contra o fascismo, o imperialismo e a guerra. (PRESTES, 2001). Com a abertura, a luta pela unidade deveria continuar, apoiada em instrumentos e instituições que voltavam ao cenário político. (p. 82).<sup>2</sup>

Nessa etapa, examinarei como alguns elementos encontram-se implícitos quando os comunistas referiam-se ao pretérito, democrático ou não. As situações experienciadas no passado fizeram parte do que chamo, aqui, “espaço de experiência”, quer dizer, um passado que se fez presente através da recordação e da reflexão. Tais experiências passadas serviram como pontos de referência do que era/deveria ser, ou não, democrático para os militantes.

Os comunistas não queriam retornar ao passado. Pelo contrário, queriam enterrá-lo. O seu presente era orientado para o futuro (para o socialismo como fim último da humanidade). No entanto, o pretérito, embora desprezado, fazia parte do presente. Para os adeptos do comunismo que militavam entre 1945 e 1947, em Porto Alegre, o termo *democracia*, já possuía um conteúdo de experiência, isto é, eles conseguiam referir-se a ele com base em acontecimentos passados. Diria

até que seria inevitável não fazer um tal uso do passado, visto que, como bem colocou Bergon, a percepção presente está sempre impregnada de lembranças.

As recordações dos membros do PCB – e, às vezes, os relatos apoiados na História – lapidadas por reflexões realizadas com base no que lhes sucedeu, configuravam seu espaço de experiência acerca da democracia. O que as fontes nos informam sobre o passado lembrado por eles, entre 1945 e 1947, deixa transparecer uma série de elementos a partir dos quais podemos examinar como esses agentes representavam a democracia.

Na primeira metade de abril de 45, mergulhados na expectativa em relação à decretação da anistia, os comunistas, em reportagem na revista *Libertação* – periódico editado durante o ano de 1945 e início de 1946, em Porto Alegre – falaram de como a democracia era no passado: “Desde a declaração de nossa independência, temos vivido sob a égide da democracia. Mas até então não nos tínhamos capacitado a usufruir de todos os benefícios resultantes de uma sã ação democrática.” (14.4.1945, p. 6-7). Em outra passagem, Otto Alcides Ohlweiller – professor e militante do PCB – referiu-se ao passado, afirmando a necessidade de organizar o povo no novo contexto:

Organizar o povo, eis o fundamental da luta política neste momento. Não é, por certo, tarefa fácil num país de população rarefeita, de comunicações difíceis, de baixo nível cultural e de tradições caudilhescas. Tudo isso tem de ser transposto. E não há de ser através de campanhas do velho estilo eleitoral e personalistas, pois que o povo está descrente disso. (LIBERTAÇÃO, 14.4.45, p. 18).

Uma outra citação ainda se faz necessária. São trechos do pronunciamento de Luiz Carlos Prestes, realizado em comício no Rio de Janeiro, em 23 de maio de 1945, no qual o líder comunista referiu-se a uma “democracia burguesa”. Vejamos:

Antes da guerra, nós, comunistas, lutávamos contra a democracia burguesa aliada dos senhores feudais mais reacionários e submissa ao capital estrangeiro colonizador, opressor, explorador e imperialista. [...] Mesmo aqui em nossa terra, o velho tipo de politiqueiro demagogo, que se ria do povo que cingamente enganava, e do qual só se lembrava nas horas de eleições, tende a desaparecer, de morte natural, por fatalidade histórica. (CARONE, 1982, p. 29-30).

Os excertos descortinam vários aspectos do que os comunistas acreditavam estar ligado à democracia ao se remeterem à Primeira República. Nessa época, o Brasil vivia sob a égide de um liberalismo essencialmente conservador, cujo regime democrático – calcado na Constituição de 1891 – deixava de lado qualquer ação que visasse à construção de um processo de participação dos cidadãos no exercício do poder. (RESENDE, 2003, p. 102). O País estava permeado por tradições autoritárias, governado por chefes regionais, os coronéis – latifundiários que manipulavam a política e a justiça com o uso da força militar, se necessário fosse. Esses chefes regionais, nas três primeiras décadas do século XX no Brasil, restringiam certas liberdades que, com a abertura pós-Estado Novo e na opinião dos comunistas, tornavam-se imprescindíveis em uma “sã” democracia, como a liberdade de associação, de reunião e de manifestação de pensamento, freqüentemente, consideradas e tratadas como caso de polícia aos olhos dos coronéis.

Ao falar em “senhores feudais”, Prestes referia-se a esses latifundiários detentores de extrema soma de poder e retomava um aspecto central na interpretação que o PCB fazia da realidade brasileira, que ainda guardaria “restos feudais”. Esses “restos”, por sua vez, conviveriam com o imperialismo criticado na fala de Prestes. Quando o líder comunista falou em “politiqueiros demagogos” e Ohlweiller mencionou as “tradições caudilhescas”, eles se remetiam a uma época em que a democracia no Brasil era feita com base em relações clientelísticas entre povo e oligarcas, embora tais relações fossem descaradamente desiguais. Um dos recursos que auxiliava na manutenção de um tal regime era, justamente, a atuação política pautada pelo interesse imediato de agradar a população, fazendo propostas que não seriam, ou não poderiam ser, colocadas em prática, com o intuito de alcançar ou manter-se no poder – demagogia.

O autoritarismo representava o vínculo com um passado a ser extirpado. Pretérito esse resgatado em 1945 impregnado pelas experiências de 1935, do Estado Novo, do fascismo e da guerra. Os fatos relatados inseriam-se em uma série de eventos que haviam acontecido ao longo da vida dos relatores, e sua importância dependia dos significados que adquiriram em relação a esses outros eventos. As situações e os acontecimentos experienciados, no momento em que eram recordados e submetidos a reflexões, geravam conhecimentos específicos.

Por outro lado, quando os militantes recordavam o fascismo e o Estado Novo, aparecia o que era considerado por eles como o avesso da democracia. Os perigos dos quais recentemente eles haviam se libertado

mostravam-se exemplos potenciais das coisas que nunca deveriam ocorrer dentro de um regime de governo democrático.

Expressões de impacto negativo eram usadas para qualificar o fascismo, lembrado como uma ameaça ao longo de toda a conjuntura pelos comunistas. O que mudava era o motivo que os levava a recordar esse evento histórico. Enquanto em 1945, havia a recordação de um passado ditatorial para mostrar que as coisas estavam mudando para melhor (boas expectativas), no ano de 1947 as lembranças desse passado ruim serviam para mostrar que ele estava retornando, que a história não estava seguindo seu curso como deveria (expectativas frustradas). Apesar de ter sido uma conjuntura, com determinados aspectos estáveis, o que disparava o ato de lembrar dos comunistas, nessa fase, sofreu transformações.

O Eixo agonizava na Segunda Guerra quando os comunistas expunham todo o horror que, para eles, envolvia as idéias fascistas, como é visível no discurso de Prestes: “O fascismo corrompeu e envenenou o mundo inteiro – seus restos meio mortos, meio vivos, são ainda perigosos e precisam ser removidos, arrancados de raiz.” (CARONE, 1982, p. 27). Esses resquícios pareciam poder fazer renascer o monstro pavoroso que assombrara o mundo.

Em 1947, por conta dos processos de cancelamento do registro do PCB e de cassação dos mandatos de seus parlamentares, as referências ao fascismo foram cada vez mais freqüentes. No mês de março, sob a ameaça de ter o registro do seu Partido cassado, Antônio Pinheiro Machado Netto – jornalista, militante comunista e deputado estadual – pronunciou-se no parlamento gaúcho, defendendo o regime democrático. Disse ele que democracia opunha-se a fascismo, que tentara levar a juventude brasileira aos “caminhos negros”; ao invés de “libertá-la”, tentara “brutalizá-la”, ensinando-lhe “patriotadas” e “chauvinismos”. (ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL, 1947, p. 90, v. 1).

A cassação do registro do Partido em 7 de maio, as restrições impostas à militância dos seus seguidores e as proibições a manifestações públicas em geral incitaram Pinheiro Machado a recordar o passado antidemocrático no Legislativo gaúcho quatro meses depois:

É por todas formas, sr. Presidente e srs. Representantes, que se procura atentar contra a democracia. Tudo aquilo que faz lembrar a Alemanha, a Itália, a Espanha e os negros dias do Estado Novo, tudo isto está sendo restaurado nesta hora para ameaçar e calar a voz do povo brasileiro. (ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL, 1947, p. 656, v. 6).

Muitas vezes, o regime ditatorial ocorrido no Brasil entre 1937 e 1945 era diretamente associado ao fascismo. O líder do partido caracterizava ambos como “os anos negros de nossa história contemporânea”. (CARONE, 1982, p. 31). Já nessa passagem extraída da revista *Libertação*, o Estado Novo recebeu, entre outros, o epíteto de “experiência fascistizante”:

O povo inteiro sentiu na própria carne o que foi a experiência fascistizante no Brasil. A prepotência, o aviltamento, o ambiente de negociatas, o cerceamento das liberdades públicas e individuais, o sistema de produção cada vez mais monopolizado por grupos ligados à situação, determinando a carestia da vida e a extinção da classe média e dos pequenos produtores, os entraves das livres manifestação da cultura e do pensamento – constitui uma amarga experiência e uma duradoura lição. (LIBERTAÇÃO, 14.4.45, p. 6-7).

Ohlweiller, em Porto Alegre, sentia que o momento era decisivo:

A ditadura reacionária, que durante 7 anos travou o progresso material e cultural de nossa pátria, que sufocou sob o terror policial os mais legítimos anseios do povo, que atirou nas masmorras os líderes mais autênticos e queridos das massas e que, inclusive, em certos momentos esteve a ponto de fazer-se instrumento franco do nazi-fascismo, está agora vivendo os últimos dias de seu ciclo de opressão e desmandos. O Estado Novo, este ultraje à nacionalidade que devemos apagar instaurando uma democracia verdadeira e vigorosa, nunca correspondeu à realidade política e econômica do país. Manteve-se sempre a custo de manobras escusas que se fizeram acima dos interesses nacionais e das mais caras aspirações populares. (LIBERTAÇÃO, 14.04.45, p. 18).

A ditadura, diferentemente da democracia, não era transparente, mas sustentada por meio de “negociatas”, procedimentos que não levavam em conta as vontades e as necessidades da maioria da população. Ela representava o retrocesso em todos os setores da sociedade (economia, política, cultura), algo quase antinatural, pois a trajetória da humanidade, para os comunistas, pendia inexoravelmente para frente, para o futuro, avançando em direção à revolução. A classificação de um e de outro – retrocesso e avanço – acontecia por meio de uma grade de conceitos, carregados de sentido e de juízos de valor no que se refere ao passado e

ao futuro, como ganha destaque nesta frase: “É a luta do passado esgotado e vencido, contra o futuro radioso e iluminado”. (JUSTIÇA..., 1947, s/p.).

Tal oposição entre o já acontecido e o ainda não passou a ser largamente utilizada com o advento do Iluminismo para caracterizar a Idade Média. Hilário Franco Júnior, ao tratar da questão do medievo como “Idade das Trevas”, revela que

o século XVIII, antiaristocrático e anticlerical, acentuou o menosprezo à Idade Média, vista como momento áureo da nobreza e do clero. A filosofia da época, chamada de iluminista por se guiar pela luz da Razão, censurava sobretudo a forte religiosidade medieval, o pouco apego da Idade Média e um estrito racionalismo e o peso político de que a Igreja então desfrutava. (FRANCO JÚNIOR, 2001, p. 12).

As palavras dos militantes do PCB revelavam a presença dessa forma de classificação. Somava-se, ainda, o evolucionismo das teorias do século XIX – dentre as quais encontrava-se o marxismo – que colocava as etapas anteriores da evolução da humanidade como inferiores, ultrapassadas. Podemos deduzir que o Estado Novo e o fascismo, retomados na conjuntura 1945-1947, pelos comunistas, guiados pelas idéias marxistas, conformavam-se como períodos de atraso, de ignorância, de irracionalidade, diferente do que seria a democracia.

No exemplar da revista *Libertação*, de 28 de novembro de 1945, apareciam referências às “prisões”, às “calúnias” e às “mais brutais perseguições” que haviam ocorrido durante o Estado Novo. (p. 1). E, no discurso em defesa da candidatura de Yedo Fiúza para presidência da República, proferido durante comício realizado no dia 29 de novembro, no Largo da Carioca (Rio de Janeiro) e publicado no jornal *Correio do Povo*, no dia 1º de dezembro, Prestes lembrava dos encarceramentos e afirmava que, no intervalo da ditadura de Vargas, o povo vivia “sob o mais duro terror da reação”. (01.12.45, p. 7). Em março de 1947, em reportagem no jornal comunista *Tribuna Gaúcha* sobre a Assembléia Legislativa gaúcha, o Estado Novo era colocado como “negro período em que todas as liberdades estiveram cassadas, desde o simples direito de externar-se o que se pensa até aqueles que se referem à livre existência dos partidos políticos, escola de democracia”. (12.03.47, p. 8). O país no qual vigorasse o regime democrático não haveria de conceber, portanto, acusações falsas e repressões, mas as mais amplas liberdades, além de pluralidade de partidos, apesar de o exemplo de democracia para os

comunistas da época ser o regime soviético, no qual havia apenas um partido político. Tal fato, contudo, não parecia incomodar os revolucionários, que o explicavam ressaltando que, na União Soviética, não havia mais de um partido por não existir, lá, luta de classes.

Os militantes faziam uso do passado na medida em que tentavam explicar determinadas questões do presente. Através dessas recordações – enquanto processos de (re)significação – e após submeter o que era recordado a todo um trabalho de crítica e de tomada de posição, configuravam o que poderíamos chamar uma faceta do espaço de experiência, um conjunto de saberes, de conclusões tiradas a partir de articulações, comparações, aproximações acerca da democracia. Com o apoio da história para os tempos não vividos, tanto quanto da memória para as situações experienciadas, os comunistas de Porto Alegre, entre 1945 e 1947, compunham um corpo de representações capazes de conferir sentido ao democrático e ao antidemocrático, bem como de orientar e/ou determinar não apenas atitudes, mas posições em relação às múltiplas questões que a atividade política lhes colocava. Por exemplo, a defesa da destruição dos resquícios do regime que abalou sensivelmente a militância comunista – lembrado sempre através de expressões negativas e sobre o qual construíram um conjunto de saberes – impulsionava a vontade de atingir o regime político ideal: a “democracia socialista”.

Mas os comunistas também usavam o passado para legitimar sua posição favorável à democracia na nova conjuntura. Eles tentavam mostrar não só que lutavam pela democratização do Brasil havia tempo, mas que eram herdeiros de uma luta travada fazia décadas, e, nesse sentido, ocorria o que Michel Pollak, baseado nas reflexões de Henri Rousso, chamaria “trabalho de enquadramento de memória”: partindo de certas exigências de justificação que devem ser satisfeitas, a memória se alimenta do material fornecido pela história, interpretando o passado em função dessas demandas do presente (e do futuro). (POLLAK, 1989, p. 9-10). A fase de legalidade das atividades do PCB e as possibilidades de êxito que essa situação colocava no horizonte de expectativas dos revolucionários impunham a necessidade de alcançar sucesso nas eleições, bem como de evitar o retorno à clandestinidade, principalmente diante da campanha anticomunista orquestrada pela Liga Eleitoral Católica (LEC) já em 1945, em Porto Alegre. O presente, nesse aspecto, dominava o passado, no sentido de colocá-lo em harmonia com as perspectivas dos militantes.

Na opinião dos comunistas, a luta pelos interesses do povo estava intimamente ligada à luta pela democratização. Da mesma forma, não

teria como chegar ao regime democrático excluindo o povo, excluindo a maioria. O vínculo, assim, entre um e outro era estreito.

Em abril de 1945, por exemplo, ao fazer referência ao povo argentino diante do regime instaurado por Perón, os militantes do PC de Porto Alegre, através da revista *Libertação*, afirmavam que “o povo argentino nunca foi consultado a respeito do golpe de Estado na Argentina, e por índole, como todos os povos, ele também é democrata”. (14.4.45, p. 5).

O excerto revela uma convicção, por parte dos comunistas, de que os povos, quaisquer que fossem suas nacionalidades, teriam uma propensão natural, uma tendência especial para serem democratas. Podemos supor que, para esses revolucionários, não primar pelos interesses do povo poderia ser encarado como ir contra algo que é natural.

Praticamente dois anos depois, na tribuna da Assembléia, Dyonélio Machado, diria que “Democracia é o governo do povo”. (ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO RGS, 1947, p. 52, v. 2). Em junho de 1947, quando o registro do Partido já havia sido cancelado e se começava a falar em cassação dos mandatos dos parlamentares comunistas, Pinheiro Machado, na mesma Casa, protestava contra as restrições a diversos tipos de manifestação. O jornalista traçara um paralelo, afirmando que tais restrições eram “atentados contra a liberdade”, logo, “atentados contra a democracia” e, portanto, “atentados contra o povo”. (ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO RGS, 1947, p. 591, v. 5).

À frente do povo na luta pela democracia ninguém mais preparado do que os “verdadeiros líderes do povo”. Na opinião de Ohlweiller, fazia-se necessário, nos últimos momentos da ditadura varguista, “organizar o povo, porque somente o povo arregimentado em suas organizações econômicas, políticas e culturais será uma força capaz de garantir efetivamente o processo de democratização e que este não será entravado pelo primeiro obstáculo que surgir no caminho”. (LIBERTAÇÃO, 14.4.45, p. 18).

Os militantes do PCB diziam estar junto da luta do povo havia muito tempo, dando continuidade a esforços de antepassados notáveis da história do Brasil, como Castro Alves. No jornal *Tribuna Gaúcha*, de março de 1947, mês em que se comemorava o 100º aniversário de nascimento do poeta, os comunistas se referiam a ele de muitas maneiras: “poeta do povo”, “cantor dos escravos”, “grande poeta brasileiro”, “o poeta mais popular”, “homem de luta”. (11.3.47, p. 8; 12.3.47, p. 3). Afirmavam que, ao homenagear sua memória, o Partido Comunista do



Brasil provava mais uma vez ser “o herdeiro e continuador da obra dos nossos grandes antepassados”. (*Tribuna Gaúcha*, 12.3.1947, p. 4). Mais do que se sentirem herdeiros, eles identificavam sua luta ao lado do povo à luta do vate dos escravos, homenageando “a memória daquele que representou para sua época o que representam os comunistas para o Brasil de hoje”. (*TRIBUNA GAÚCHA*, 12.3.47, p. 4).

Mas em que eles coincidiam? Sobretudo no apego ao povo, na luta pela independência do Brasil, pela democracia e pelo progresso, como bem podemos avaliar nessa passagem de Jorge Amado também publicada em *Tribuna Gaúcha*: “Castro Alves significa, no Brasil, o artista ao lado do povo, e muitas vezes à frente do povo nas suas lutas pela democracia e pelo progresso.” (12.3.47, p. 3). Amado associava o papel de vanguarda dos comunistas e de Castro Alves, ambos à frente do povo em suas lutas. Ademais, ambos envolvidos com questões sociais.

Mário Couto, por sua vez, havia se formado em medicina na Universidade de Porto Alegre, quando foi assassinado aos 24 anos de idade, em 17 de janeiro de 1935. Algum tempo antes de sua morte, recusara uma proposta do então governador Flores da Cunha para abandonar a militância em troca de um consultório completo e de pacientes garantidos. Apresentava características positivas para os militantes, como simplicidade, oratória, carisma, otimismo, liderança e, sobretudo, fidelidade, e as usava em favor da causa comunista.

Em reportagem publicada em *Libertação*, de janeiro de 1946, 11 anos depois da morte do jovem revolucionário e momento de intensa atividade partidária, a lembrança de Mário Couto era justificada da seguinte forma: “Lembremo-nos sempre que o dever primeiro do comunista é ligar-se ao povo – esta é a lição que nos deixou Mário Couto!” (19.1.46, p. 7). O jovem militante inseria-se no que os militantes consideravam “heróis anônimos” que haviam tombado ao lado do proletariado por melhores condições de vida e pela democracia.

Assim, os militantes comunistas construíam uma tradição de homens comprometidos com o povo, e, por conseguinte, com o ideal democrático. Mais do que isso, pareciam estar conscientes dessa construção, como podemos observar em parte do discurso de Pinheiro Machado, cujo cerne foi a homenagem a Castro Alves realizada na Assembléia Legislativa:

Recolhemos para a história do nosso Partido aqueles feitos grandiosos da nossa história, tudo aquilo que lembra a história da libertação na nossa Pátria, porque entendemos que isto é ser patriota, é aproveitar o que de maior existe em cada feito, na atitude de cada homem, e transformar todos estes feitos e todas estas atitudes num exemplo e num sentimento para o estabelecimento de normas futuras. (ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO RGS, 1947, p. 89, v. 1).

Há, nessa passagem, o reconhecimento do uso de determinados aspectos da história como exemplos a serem seguidos, destacando características significativas no momento, motivando identificação e encorajando certas atitudes. Castro Alves e Mário Couto transformavam-se nos precursores de uma luta que os comunistas travavam nos primeiros anos após o Estado Novo: a consolidação da democracia no País ao lado do povo.

Nesse sentido, os militantes construía uma tradição. Primeiramente, eles igualavam a luta do povo brasileiro (que era a sua luta) à de Castro Alves e Mário Couto. Em seguida, comparavam-se a eles na intenção de se legitimarem enquanto vanguarda do povo na luta pela democracia. Os comunistas buscavam mostrar que perseguiram os mesmos anseios de homens notáveis da história brasileira, dando continuidade a uma luta cuja etapa, naquele momento, cabia a eles levarem a bom termo, cumprindo seu papel histórico, assim como eles, em seu tempo, haviam cumprido os seus.

Os membros do PCB tentavam construir a continuidade de uma “imagem de si, para si e para os outros”. (POLLAK, 1992, p. 204). De acordo com Pollak, “a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade”, pois que é um fator do sentimento de “continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si”. (1992, p. 204). Nesse caso, acontecia um gerenciamento da memória como uma maneira de gerir a própria identidade de comunistas democratas. Essa identidade ia se constituindo, na medida da própria configuração do espaço de experiência, quer dizer, a construção dessa imagem de si acontecia no processo em que o passado era feito presente, recordado e submetido a reflexão e julgamento. Nesse processo, o democrático e o não democrático serviam como parâmetros para autoafirmação da imagem de legítimos defensores da democracia que era elaborada mediante assimilação e oposição. O conhecimento adquirido proporcionava a construção dessa imagem através da qual os comunistas se viam e desejavam ser percebidos.

Os eventos ocorridos em 1935 foram resgatados dez anos depois de maneira a provar que a legalidade do Partido Comunista era legítima, e sua ação política tinha (ou deveria ter) lugar naquele novo contexto da História do Brasil. Luiz Carlos Prestes, em discurso proferido no Estádio São Januário, em 23 de maio de 1945, explicava a razão pela qual ele se achava no direito de elogiar certas medidas tomadas por Vargas, que, na sua opinião, estava sabendo permanecer ao lado do povo. Nesse momento, Prestes começava a definir sua posição no jogo político brasileiro, assim como nas disputas que ocorriam no seio do Partido, posicionando-se favorável ao ditador e ao seu governo. Ele mencionava o papel que o PCB havia desempenhado em 1935, tentando provar que os esforços realizados naquela época o autorizavam a pronunciar-se a favor de Getúlio. Relembrava os acontecimentos da metade da década de 30, dando a entender que, finalmente, faziam sentido:

O Partido Comunista do Brasil é o meu partido. Foi ele o organizador e dirigente do glorioso movimento da Aliança Nacional Libertadora – frente única dos patriotas e democratas que em todo o Brasil se uniram para impedir a fascitização de nossa terra. Na luta cruenta e desigual caímos lutando, mas, como já prevíamos e sempre acontece quando se procede com sinceridade e honestidade, o que em 1935 parecia ser uma derrota esmagadora foi de fato a vitória que agora festejamos. (CARONE, 1982, p. 27).

No discurso, o Secretário-Geral do PCB demonstrava que, em 1935, os comunistas já combatiam o fascismo e lutavam pela democracia. No momento em que o regime democrático começava a se configurar, ele queria que os comunistas aparecessem como aqueles que, embora mal-compreendidos na época, sabiam que a melhor solução para o País era a democracia e a distância em relação ao fascismo, embora omitisse que o PC não havia estado ligado à Aliança Nacional Libertadora (ANL) desde sua criação. Segundo Battibugli, “o PCB manteve uma posição de pouco entusiasmo pela ANL nos seus primeiros meses de atuação, apesar de ter contribuído para a sua fundação”. (2004, p. 18). Ela menciona que “o partido queria, sobretudo, uma frente popular revolucionária e não apenas a defesa da democracia liberal, como muitos aliancistas propunham”. (2004, p. 21).

Tratava-se de uma forma de lembrar a conduta dos anos 30 completamente seletiva, recordando o que convinha e esquecendo o que

não estava de acordo com a postura de defesa da ordem e de tranquilidade que o PCB preconizava em 1945. Não seria conveniente lembrar que o partido havia apostado na influência da Aliança para iniciar a revolução no Brasil, mas apenas o lado de defesa da democracia e luta contra o fascismo.

Em outro discurso, de agosto de 1945, Prestes referia-se à ANL como “movimento unificador e antifascista”, além de mencionar que

há dez anos apelava o nosso Partido para a revolução agrária antiimperialista, e mostrava ao nosso povo não haver então outro caminho para enfrentar a demagogia integralista e impedir a fascitização de nossa terra. Na luta pela democracia chegamos a empunhar armas contra o governo e caímos lutando. Não foram poucos, sem dúvida, tanto naquela época como nos anos que se seguiram até os dias de hoje, os nossos erros. (CARONE, 1982, p. 40-41).

É possível observar não só referências de luta pela democracia, mas de conclusão – provavelmente fruto de reflexões – de que a luta armada contra o governo havia sido um erro. Prestes aparecia convencido de que seria por meios pacíficos que se chegaria à democracia.

Na capital gaúcha, em 1945, os comunistas referiam-se a 1935 de maneira semelhante. Em reportagem especial relativa ao movimento, os militantes refletiam sobre esse passado, apresentando “A lição que cabe tirar dos acontecimentos de novembro de 1935”. (LIBERTAÇÃO, 28.11.45, p. 1). Quer dizer, havia um reconhecimento de que a experiência vivida no passado, recordada naquele momento e submetida à crítica, gerava um conhecimento.

Ao fazer o passado presente através da memória – que ressignifica, enquadrando o pretérito às exigências presentes – além da crítica, do julgamento e do posicionamento em relação a esse passado – configurando um espaço de experiência – os seguidores do PCB diziam que o levante havia representado um “sacrifício de sangue dos brasileiros” e que os nacional-libertadores haviam dado uma “insuperável demonstração de espírito democrático”, sendo “os primeiros a esquecer ódios e ressentimentos, contribuindo com ação exemplar para a unificação dos brasileiros, indispensável para a consolidação da democracia em nossa Pátria”. (LIBERTAÇÃO, 28.11.45, p. 1). Vê-se, aí, uma referência à União Nacional, tática com a qual nem todos os militantes de Porto Alegre concordavam. Para os comunistas da capital sul-rio-grandense, novembro de 1935 “dez anos depois se converte em legítima vitória”.

## Considerações finais

De modo geral, as representações que os comunistas elaboravam acerca da democracia encaixavam-se, em primeiro lugar, dentro da grade de conceitos que compunham a teoria marxista. Teoria elaborada no século XIX, ela partilhava de alguns preceitos vigentes no campo das idéias nesse período, como o evolucionismo. O que era/deveria ser democrático, para os revolucionários de Porto Alegre, entre 1945 e 1947, aparecia não somente em termos de avanço ou reação, mas carregando um juízo de valor e um princípio de verdade.

Os significados da democracia, ou do seu avesso, tornaram-se perceptíveis através das imagens-lembrança, encontradas nas fontes que revelavam apelos ao passado, destinados a responder a questões colocadas pelo presente. As imagens-lembrança traziam, para o presente, experiências passadas ressignificadas à luz de novos acontecimentos – pois, ao recordar, os revolucionários não estavam passivos perante suas recordações, mas produzindo sentido através das representações que se elaboravam no momento de lembrar, representações essas impregnadas de motivações do presente. Na medida em que sofriam uma série de críticas e julgamentos, as lembranças auxiliavam na constituição de um espaço de experiência.

Nesse sentido, vimos que a presentificação do passado foi acompanhada de dois objetivos (não necessariamente conscientes): o de explicar as razões pelas quais os comunistas se sentiam autorizados a falar em democracia – através de uma caracterização dos regimes políticos vividos no Brasil desde a Independência – e o de legitimar a condição legal que haviam conquistado e o lugar que sua luta deveria ter no novo contexto político brasileiro – resgatando feitos de antepassados e o papel desempenhado em 1935 de modo a construir uma identidade de democratas.

Embora o presente texto, por uma questão metodológica, tenha centrado sua análise em um presente “congelado”, é possível perceber que o que desencadeava os apelos ao passado sofreu variações durante a conjuntura 1945-1947. Houve momentos de euforia e confiança no futuro, sobretudo no primeiro ano de nosso recorte, nos quais o uso da memória pelos comunistas visava a enfatizar que a História do Brasil, de modo geral, e a dos comunistas, em particular, estavam entrando em uma nova e diferente etapa de sua evolução. Em 1946, ano em que eles se dedicaram intensamente à militância, os indícios de recordações

diminuíram, talvez pelo fato de os revolucionários acreditarem que o importante era olhar para o próprio presente ou para o “futuro radioso” que nele estava começando. Em 1947, no entanto, as razões pelas quais os seguidores do comunismo em Porto Alegre retomavam experiências passadas sofreram o decepcionante impacto dos processos de cancelamento do registro do PCB e cassação do mandato de seus parlamentares. Para eles, tais processos significavam um retrocesso, e suas recordações retomavam o passado em tom de alerta e de protesto, como forma de frisar que a marcha em direção à democracia estava diante de um tropeço.

Ao tomar a história dos militantes comunistas de Porto Alegre na conjuntura 1945-1947 como exemplo concreto, o esforço desse artigo foi no sentido de problematizar alguns pontos relacionados ao uso do conceito de memória nos estudos históricos. A relação entre essa noção e a categoria de “espaço de experiência” mostrou-se apenas uma das muitas facetas através das quais é possível abordar a problemática. Ao longo do estudo realizado, outras indagações ficaram implícitas, como o vínculo entre o “espaço de experiência” e a história ou entre ele e o esquecimento. Trata-se de questões palpitantes e merecedoras de um maior cuidado por parte daqueles que pretendem levar em conta, sobretudo, o papel do tempo na construção de sentidos.

## Notas

---

<sup>1</sup> É possível que o vínculo entre espaço de experiência e tempo também se estabeleça através da História. Averiguar essa hipótese, porém, escapa aos limites deste artigo.

<sup>2</sup> Mas a defesa da União Nacional (inclusive com o governo) não era

unânime entre os militantes do PCB. Thaís Battibugli (2004) e Dainis Karepovs (2003) apontaram as disputas existentes no interior do PCB, no tocante ao posicionamento político a ser assumido depois do fracasso do movimento de novembro de 1935.

## Referências

---

- ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO RGS. *Anais*, Porto Alegre, 1947, p. 80.
- BATTIBUGLI, Thaís. *A solidariedade antifascista: brasileiros na Guerra Civil Espanhola (1936-1939)*. Campinas: Autores Associados; São Paulo: Ed. da USP, 2004.
- BERGSON, Henri. *Matéria e memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Cia. das Letras, 1994.
- CARONE, Edgar. *O PCB. (1943-1964)*. São Paulo: Difel, 1982. v. 2.
- CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre certezas e inquietudes*. Porto Alegre: Ed. da Universidade; UFRGS, 2002.
- COMITÊ NACIONAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. *Em marcha para o IV Congresso do PCB*, 1946.
- FRANCO JÚNIOR, Hilário. *A Idade Média: nascimento do Ocidente*. São Paulo: Brasiliense, 2001.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice; RT, 1990.
- HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- JUSTIÇA. *Íntegra do recurso apresentado pelo PCB. ao Supremo Tribunal Federal*. 1947.
- KAREPOVS, Dainis. *Luta subterrânea: o PCB em 1937-1938*. São Paulo: Hucitec; Unesp, 2003.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: para uma semântica de los tiempos históricos*. Barcelona: Paidós, 1983.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. [Moscou]: Progresso, 1987.
- MAUROIS, André. Marcel Proust. In: \_\_\_\_\_. *De Proust a Camus*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1966.
- POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, v. 2, n. 3, 1989.
- \_\_\_\_\_. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, v. 5, n. 10, 1992.
- PRESTES, Anita L. *Da insurreição armada (1935) à "União Nacional" (1938-1945): a virada tática na política do PCB*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.
- PROUST, Marcel. *Em busca do tempo perdido: no caminho de Swann*. Rio de Janeiro: Globo, 1987.
- \_\_\_\_\_. *Em busca do tempo perdido: o tempo redescoberto*. São Paulo: Globo, 2001.
- RESENDE, Maria Efigênia Lage de. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge. (Org.). *O Brasil republicano: o tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. L. 1.
- RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. Campinas: Papirus, 1997. Tomo III.
- SEIXAS, Jaci. Halbwachs e a memória: reconstrução do passado: memória coletiva e história. *História*, São Paulo: Edunesp, n. 20, 2002.

Artigo recebido em julho de 2007. Aprovado em setembro de 2007.